

Na Comissão e para a Comissão: a participação de três mulheres catarinenses na Comissão Estadual da Verdade Paulo Stuart Wright

Thais Machado¹

tatah_machadoo@hotmail.com

Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar os depoimentos de três mulheres catarinenses - Derlei Catarina De Luca, Marlene de Souza Soccas e Marize Lippel- para a Comissão Estadual da Verdade, realizados no dia 5 de setembro de 2013, na sessão destinada às mulheres e, através deles, analisar as relações de gênero que permearam suas atuações políticas e prisões. Para isso, além desses depoimentos, utilizo como fontes uma entrevista que realizei com Marize Lippel em fevereiro de 2017, além de e-mails trocados com Derlei Catarina De Luca e Marlene Soccas.
Palavras-chave: Comissão Estadual da Verdade; Catarinenses; Mulheres; Ditadura brasileira.

Abstract: The objective of this article is to analyze the testimonies of three women from Catarina - Derlei Catarina De Luca, Marlene de Souza Soccas and Marize Lippel - for the State Commission of Truth, held on September 5, 2013, in the session for women and, through analyze the gender relations that permeated their political activities and prisons. For this, in addition to these testimonies, I use as sources an interview I made with Marize Lippel in February 2017, in addition to emails exchanged with Derlei Catarina De Luca and Marlene Soccas.

Keywords: State Truth Commission; Catarinenses; Women; Brazilian Dictatorship.

Durante um longo período de vinte e um anos, 1964 a 1985, o Brasil viveu sobre um regime ditatorial civil-militar, regime este que violou todos os tipos de direitos civis, e além disso torturou, assassinou e desapareceu com corpos de militantes e de pessoas que se opunham à ele. Por conta disso, desde antes do final do regime diversas pessoas, entre elas a catarinense Derlei Catarina De Luca, já pediam pelo esclarecimento dos crimes cometidos por esse regime. Em dezembro de 2010, a Corte Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos exige que o Brasil crie uma Comissão da Verdade para investigar as denúncias relacionadas ao regime ditatorial. As comissões nacionais já haviam acontecido em alguns países da América Latina, como Argentina e Chile.

No Brasil, ela se deu em nível nacional com sua instalação em maio de 2012. Como o território brasileiro é extenso, as comissões aconteceram também em níveis estaduais e é por isso que no dia 3 de março de 2013, o jornal online *Notícias do Dia* trouxe a novidade: “Santa

¹ Graduada em História na Universidade Federal de Santa Catarina.



Catarina terá Comissão Estadual da Verdade”². O governador do estado, Raimundo Colombo, assinou no dia 1 de março, o decreto Nº 1.415 que criava a Comissão Estadual. A Comissão teve cinco membros escolhidos através de sua “reconhecida conduta ética”, e teria como objetivo auxiliar a Comissão Nacional, no prazo de dois anos, com possibilidade de prorrogação para igual período.

A instalação da Comissão Estadual aconteceu no dia 03 de junho de 2013 e a Comissão levou o nome de Paulo Stuart Wright³, deputado catarinense cassado, assassinado durante o regime ditatorial e que até hoje tem seus restos mortais desaparecidos. Um mês após a criação da Comissão, como ainda não haviam sido nomeados os membros, o Coletivo Catarinense Memória, Verdade e Justiça⁴ sugeriu que a composição fosse escolhida através de membros do Tribunal de Justiça, da Procuradoria de Estado, da Ordem dos Advogados do Brasil, da Assembleia Legislativa e da sociedade civil⁵. Como o governo aceitou a proposta, as instituições enviaram os nomes indicados que foram os seguintes: Anselmo da Silva Livramento Machado, advogado, representante indicado da OAB; Derlei Catarina de Luca, ex-presa política, representante da sociedade civil; Naldi Otávio Teixeira, procurador do estado de Santa Catarina e Rosângela de Souza, ex-presa política⁶.

A partir da organização, através de grupos, foram montadas as datas de depoimentos; sendo assim, a 11ª Reunião Ampliada que contava com os Depoimentos de Mulheres

2 SANTA Catarina terá comissão Estadual da Verdade. *Notícias do Dia*, Florianópolis, 03 mar. 2013. Disponível em: <<http://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/santa-catarina-tera-comissao-estadual-da-verdade>>. Acesso em 05 abr. 2017.

3 Foi eleito em 1962 deputado estadual pelo Partido Social Progressista (PSP). Ligado a movimentos populares e operários, Paulo defendeu esses interesses enquanto esteve na Assembleia. Seus discursos no plenário incomodavam até mesmo a membros da mesa. Começava a pressão por sua renúncia. Os suplentes reagiam: “Ele tem idéias comunistas.” Era final de 1963 e Paulo elaborava um projeto para organizar cooperativas de pescadores no Estado. Com o golpe, Paulo teve seu mandato cassado. Acuado, perseguido, ele deixou o País. Seguiu para Cuba, via México. Voltou ao Brasil um ano depois e começou a militar nos movimentos revolucionários. Ingressou na Ação Popular (AL), onde atuou por oito anos na clandestinidade.

Informações disponíveis em: <<https://coletivomemoriaverdadejusticasc.wordpress.com/os-lutadores-de-sc/paulo-stuart-wright/>> Acesso em 17 jan. 2018.

4 O Coletivo Memória, Verdade e Justiça foi criado em 1979 após a Lei da Anistia em Santa Catarina e tinha como objetivo encontrar e esclarecer as dúvidas em relação à presas e presos desaparecidos no estado, a busca pela construção da Memória, da Verdade e da Justiça acontece até os dias atuais e o Coletivo se reúne hoje nas dependências da Assembleia Legislativa de Santa Catarina. Informações disponíveis em: <<https://coletivomemoriaverdadejusticasc.wordpress.com/inicio-da-luta-por-memoria-verdade-justica-em-santa-catarina/>>. Acesso em 30 out. 2017.

5 COLETIVO Catarinense Memória, Verdade e Justiça. Informações disponíveis em: <<https://coletivomemoriaverdadejusticasc.wordpress.com/relato-a-busca-da-verdade-por-derlei-catarina-de-luca-membro-da-comissao-estadual-da-verdade-sc-e-militante-do-coletivo-catarinense-memoria-verdade-justica/>>. Acesso em 05 abr. 2017.

6 Informações disponíveis em: <<https://coletivomemoriaverdadejusticasc.wordpress.com/relato-a-busca-da-verdade-por-derlei-catarina-de-luca-membro-da-comissao-estadual-da-verdade-sc-e-militante-do-coletivo-catarinense-memoria-verdade-justica/>>. Acesso em 30 out. 2017.

Catarinense que foram presas e torturadas ou violadas nos seus direitos humanos, aconteceu no dia 5 de setembro de 2013, às 14 horas, no auditório da Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

Desta forma, buscava-se, nos depoimentos para a Comissão, divulgar as violências de gênero perpetradas pelo Estado. Ainda que muitas mulheres que participaram da Comissão Estadual já participassem antes do Coletivo Memória, Verdade e Justiça, outras foram encontradas através da lista que vinha sendo preenchida desde 1979 e por conta dos laços que esse período traz.

Na lista oficial da Comissão Estadual da Verdade, foram levantados um total de trinta nomes de mulheres que sofreram graves violações durante o regime ditatorial, desses nomes sete mulheres deram seus depoimentos na sessão do dia 7 de setembro de 2013 que teve a duração de aproximadamente seis horas. Dos sete depoimentos, escolhi para analisar neste trabalho os depoimentos de três dessas mulheres e pesquisar mais sobre suas vidas na militância política, são elas: Derlei Catarina De Luca, Marlene de Souza Soccas e Marize Lippel. Nesse sentido, o objetivo central deste artigo, que é um recorte do meu trabalho de conclusão de curso em História⁷, é analisar os depoimentos dessas três mulheres para a Comissão, assim como as violências de gênero presentes em suas prisões e/ou torturas.

Importante ressaltar que as três foram presas em diferentes períodos, Derlei e Marlene foram presas nos conhecidos “anos de chumbo”, momento que ocorreu entre os anos 1968 e 1974, com a instituição do Ato Institucional nº 5⁸; enquanto que Marize foi presa em um momento conhecido como reabertura política, após a instituição da Lei da Anistia (agosto de 1979). Dessa forma, busquei analisar ainda as diferenças da prisão de um momento para o outro.

Se há uma lista com trinta mulheres, me pergunto porque apenas sete, muito menos da metade, se dispôs a falar? Descubro que algumas já haviam falecido, devido ao tempo que a Comissão demorou para ser criada, e é possível que ninguém nunca as tenha escutado. Outras talvez não se manifestaram para relatar sobre este momento de sua vida por motivos pessoais e

7 O objetivo do meu trabalho de conclusão de curso foi analisar de que forma as mulheres catarinenses participaram da Comissão Estadual da Verdade. Vide: MACHADO, Thais. *Dos porões da ditadura para a sociedade: mulheres catarinenses na Comissão Estadual da Verdade*. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Santa Catarina - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 2017.

8 O Ato Institucional nº 5, AI-5, baixado em 13 de dezembro de 1968, durante o governo do general Costa e Silva, foi a expressão mais acabada da ditadura militar brasileira (1964-1985). Vigorou até dezembro de 1978 e produziu um elenco de ações arbitrárias de efeitos duradouros. Definiu o momento mais duro do regime, dando poder de exceção aos governantes para punir arbitrariamente os que fossem inimigos do regime ou como tal considerados. Informações disponíveis em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5>>. Acesso em 30 out. 2017.

particulares, algumas não foram encontradas, e outras estão morando em diferentes estados, conforme relatou-me Derlei Catarina de Luca em mensagem por e-mail⁹.

O silêncio permeou durante muito tempo a vida de muitas militantes, era proibido falar, corria-se o risco da vergonha, o risco de perder empregos e sua vida profissional, como foi o caso de muitas¹⁰. Entretanto, muitas mulheres foram motivadas pelo mesmo motivo a procurar a Comissão e dar seu depoimento, para romper com o silêncio, para construir uma nova história e assim uma nova memória.

As Comissões da Verdade tiveram como objetivo mostrar uma outra ‘verdade’, colocando em discussão o que durante muitos anos na história do Brasil foi contado como ‘verdade’ em documentos oficiais, documentos estes em sua maior parte produzidos por homens, trazendo suas visões sobre mulheres e nesse caso, sobre as mulheres militantes. Como salienta Silvia Salvatici¹¹, de que forma ouviremos as vozes das mulheres? O que a Comissão da Verdade fez durante seu funcionamento foi exatamente ouvir as vozes, tanto das mulheres como dos grupos¹² que foram invisibilizados, pela história dita oficial, e se isolaram em seus silêncios.

Por conta disto, a história oral e os depoimentos para a Comissão compõem este campo histórico, juntamente com os documentos oficiais, mas não sendo considerados menos importantes ou inferiores a estes. Diferentemente do que se acreditou durante certo tempo, a história oral não serve para preencher lacunas, mas, ao contrário, para contar a história da mesma forma que os documentos, sendo as fontes orais tão ou mais complexas quanto as fontes documentais escritas. De acordo com Joana Pedro:

A história oral, para o bem e para o mal, traz a memória em clima de tensão. O ambiente, a relação com a pessoa que entrevista, o momento da narração, tudo isso interfere no que é dito¹³.

Ao lidarmos com as histórias narradas e expostas lidamos com a ‘identidade’ que foi construída por cada entrevistada até o momento de seu depoimento e que faz com que se

9 DE LUCA, Derlei Catarina. <Assunto> *TCC sobre as mulheres na Comissão Estadual da Verdade*. [mensagem pessoal] Mensagem recebida por: Thais Machado. Em 27 abr. 2017.

10 COLLING, Ana Maria. *A resistência da mulher a ditadura militar no Brasil*. Rosa dos Tempos, 1996, p. 15.

11 SALVATICI, Silvia. Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres. *História Oral*. Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 29-42, jan./jun. 2005, p. 30.

12 Entre os grupos ouvidos pela Comissão em suas sessões de depoimentos estão: pessoas presas na Operação Barriga Verde, advogados perseguidos, estudantes e operários.

13 PEDRO, Joana Maria. Viver o gênero na clandestinidade. In: ROVAI, Marta. *História Oral e Mulheres*. São Paulo: Letra e Voz, 2017. (no prelo)



integrem a um grupo, o grupo de militantes, assim como com a subjetividade, que é entendida por Portelli como o fim do próprio discurso. Segundo ele, “excluir ou exorcizar a subjetividade como se fosse somente uma fastidiosa interferência na objetividade factual do testemunho quer dizer, em última instância, torcer o significado próprio dos fatos narrados”¹⁴.

Durante muito tempo a subjetividade era algo criticado no campo historiográfico, visto até mesmo como um problema que deveria ser superado através da comprovação da verdade através do documento. A partir dos anos 1980, com o início dos estudos da história “vista de baixo, a subjetividade, do contrário, passou a ser vista para algumas autoras e autores, como um “sinal de força, um indício vital para a modificação histórica”¹⁵.

Por todos esses motivos lidar com história oral não é uma tarefa fácil, embora seja de uma importância sem tamanho quando lidamos com história do tempo presente e talvez até uma das ferramentas mais importantes para historiadoras deste período histórico. Analisar o depoimento de Derlei Catarina De Luca, Marize Lippel e de Marlene de Souza Soccas, todas catarinenses, assim como as suas trajetórias de vidas, traz um sentimento de responsabilidade, para que junto delas uma nova história seja construída e conhecida, principalmente em Santa Catarina, estado que, além de ter apoiado a ditadura de forma geral, fez silêncio durante muitos anos para as atrocidades cometidas por esse momento da história do país.

Pensando no conceito de gênero para analisar os depoimentos dessas três catarinenses me atendo à Joan Scott quando esta diferencia sexo de gênero, segundo ela:

[...] tem duas partes e diversas subpartes. Elas são ligadas entre si, mas deveriam ser distinguidas na análise. O núcleo essencial da definição repousa sobre a relação fundamental entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder¹⁶.

Dessa forma, analisar os depoimentos através da categoria de gênero está em observar as relações de poder envolvidas nesse sentido.

14 PORTELLI, Alessandro. A Filosofia e os fatos. *Revista Tempo*, n.2. Rio de Janeiro: Ed.UFF, 1996. pp.59-72, p. 60.

15 SALVATICI, Silvia. Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres. *História Oral*. Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 29-42, jan./jun. 2005, p. 33.

16 SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v.16, n.2, p.5-22, jul/dez., 1990. p. 14.



“Então foi muito dolorido, muito dolorido”¹⁷ - Derlei Catarina De Luca

Derlei Catarina De Luca, nasceu em Içara, Santa Catarina. Desde o primeiro dia do golpe já se colocou em oposição ao regime que estava sendo imposto, era estudante de pedagogia na UFSC, participava ativamente do movimento estudantil e integrava o grupo Ação Popular (AP)¹⁸. Por ter uma ativa atuação contra o regime ditatorial imposto, Derlei foi presa três vezes, na primeira delas com um grande grupo de catarinenses no Congresso de Ibiúna, em São Paulo, realizado no dia 12 de outubro de 1968, pela União Nacional de Estudantes, que na época estava na ilegalidade. Segundo ela:

[...] foi a maior prisão coletiva de que se tem notícia no Brasil. Mais de 700 jovens universitários foram detidos. A região de Ibiúna foi cercada durante três dias e, cedinho, soldados armados invadiram o local onde nos encontrávamos. Implantaram um clima de terror com tiros, rajadas de metralhadoras, empurrões, ameaças e gritos¹⁹.

Nesse dia, Derlei, assim como outras quinze estudantes, voltou para Florianópolis presa, no carro do general Vieira da Rosa. Em dezembro de 1968, ao ser decretado o Ato Institucional N. 5, a Ação Popular já tinha um destino para Derlei Catarina De Luca: a clandestinidade até mesmo para garantir sua sobrevivência, uma vez que Derlei já estava muito visada por órgãos de repressão. No dia 24 de dezembro de 1968, véspera de natal, ela partiu de Florianópolis para

17 DE LUCA, Derlei Catarina. *Entrevista concedida à Danielle Dornelles e Thais Machado*. Florianópolis, 01/09/2015, p. 4.

18 Ação Popular (AP): A criação da organização em meados de 1962, coroou a evolução em direção à esquerda que setores da Ação Católica já vinham vivendo há algum tempo. Mas foi somente em 1965 que a AP buscou definições políticas mais consistentes, culminando numa resolução que apontava claramente a utilização do pensamento marxista como método de análise e, em seguida, da luta armada como caminho necessário para a revolução. Entre 1966 e 1967, lideranças maoístas conquistaram a hegemonia na organização e introduziram mudanças bruscas, causando afastamentos, especialmente dos militantes cristãos. Em 1968, a AP se aliou ao PCdoB e passou a defender o mesmo caminho estratégico do “cerco das cidades pelo campo”. Em 1972, um debate sobre a incorporação da organização ao partido provocou mais uma cisão em que a maioria dos quadros ingressou no PCdoB. Os que permaneceram na AP passaram à formação de uma aliança com a Polop e o MR-8, constituindo uma Tendência Proletária, que, no entanto, se romperia algum tempo depois. Entre 1983 e 1974, a AP foi duramente atingida pela ação do DOI-Codi, que aprisionaram e executaram, sob torturas, importantes dirigentes como Paulo Stuart Wright e Honestino Guimarães, ex-presidente da UNE. In: MERLINO, Tatiana. OJEDA, Igor. *Direito à memória e à verdade: Luta, substantivo feminino*. São Paulo: Editora Caros Amigos, 2010, p. 182.

19 DE LUCA, Derlei Catarina. *No corpo e na alma*. Criciúma: Ed. do Autor, 2002, p. 32.



Curitiba, para lá viver em um aparelho com outra militante, usando um novo nome ²⁰, Deise Campos²¹.

A Ação Popular tinha como método integrar as militantes mulheres em trabalhos em fábricas, enquanto que os militantes homens iam trabalhar nos campos, como “prática revolucionária da Organização”²², por conta disto, Derlei se integrou em uma fábrica têxtil no centro de Curitiba, onde ficou até maio do ano de 1969.

Foi enviada para viver em São Paulo, em maio de 1969, para fazer parte do trabalho interno da Organização, ou seja, trabalhar como secretária da AP. Não poucas vezes as mulheres militantes atuaram na parte do “trabalho interno” das organizações, ficando responsável por funções de secretaria, cuidando de papéis ou servindo cafezinhos nas reuniões de dirigentes, geralmente masculinos²³.

Em São Paulo, Derlei ainda não havia mudado seu nome e nem entrado para a clandestinidade, somente em novembro de 1969, é que foi decidido que deveria entrar na clandestinidade novamente, por conta das prisões e dos processos que ocorriam em seu nome. Entretanto, a decisão não foi concretizada, pois no mesmo mês Derlei foi sequestrada:

[...] dia 23/11/69, na Rua Vergueiro, SP, foi alguns dias depois da morte do Marighela, embora nosso grupo não tivesse nada a ver com o Marighela. Eu fui presa pela Operação Bandeirante, [OBAN] à noite, era um domingo, e me confundiram com uma pessoa chamada Maria Aparecida Costa, eu estava com os meus documentos verdadeiros, Derlei Catarina De Luca, conversando com José Carlos Zanete, num bar, na Rua Vergueiro, tomando guaraná, ele estava me pedindo em namoro. Acabei presa, confundida com a Maria Aparecida Costa, em nenhum momento perguntaram o meu nome²⁴.

20 A clandestinidade foi, muitas vezes, um recurso utilizado para as atividades consideradas ilegais. O crime organizado, as atividades fora da lei foram desenvolvidos, em geral, na clandestinidade. Também são chamadas de clandestinas as pessoas que migram de forma ilegal para outros países. A atividade política tem gerado, também, formas de atuação clandestina. Desde o século XIX, sempre que ideias e atividades políticas foram tomadas como fora da lei, fossem elas de esquerda ou de direita, surgiram organizações clandestinas cujas existências envolveram muitas pessoas, que precisaram assumir outras identidades, visando fugir à repressão. Em vários momentos - e o período da ditadura militar no Brasil foi um deles -, partidos colocados na ilegalidade mantiveram suas atividades na clandestinidade. CF. PEDRO, Joana Maria. Viver o gênero na clandestinidade. In: ROVAI, Marta. *História Oral e Mulheres*. São Paulo: Letra e Voz, 2017. (no prelo)

21 DE LUCA, Derlei Catarina. *No corpo e na alma*. Criciúma: Ed. do Autor, 2002, p. 37.

22 PEDRO, Joana Maria. Viver o gênero na clandestinidade. In: ROVAI, Marta. *História Oral e Mulheres*. São Paulo: Letra e Voz, 2017. (no prelo)

23 TELES, Maria Amélia de Almeida. Lembranças de um tempo sem sol. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (Orgs.). *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010.p. 285.

24 COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE. 11ª Reunião Ampliada da Comissão Estadual da Verdade “Paulo Stuart Wright”. Depoimento de Derlei Catarina de Luca. Florianópolis, 05/09/2013. Acervo: Coletivo Memória, Verdade e Justiça, ALESC, p. 3.



Por mais que Derlei estivesse “sendo pedida” em namoro quando foi sequestrada, as relações afetivas não eram permitidas dentro das organizações, já que nada deveria separar a militante da revolução. A AP não deveria ter casais, mas militantes, e é por isso que “[...] o amor à AP devia estar acima dos interesses pessoais”²⁵, as questões sentimentais deveriam ser superadas pelo compromisso maior: a revolução. “Amor separado com lágrimas por uma exigência do partido o compromisso MAIOR”²⁶, neste poema escrito por Derlei quando foi separada do namorado, fica claro o que deveria ser maior na vida de uma militante: a organização. É importante ressaltar isso, pois todas as vezes que Derlei fala de seu sequestro, ela relaciona o pedido de namoro ao mesmo, ou seja, como ressalta Jelín ao falar sobre a lembrança íntima, Derlei não reduz sua experiência apenas ao fato do sequestro, mas, do contrário, reconta e revive os sentimentos íntimos e tudo o que permeou os momentos do sequestro²⁷.

As torturas contra Derlei tiveram início desde que foi posta no carro para ser levada até a Operação Bandeirantes, chegando na lá, as torturas se intensificaram; “[...] conheci todo tipo de tortura que eles faziam: pau de arara, choque elétrico, cadeira do dragão, palmatória, telefone”²⁸. Embora Derlei diga em seu depoimento que tenha sido ‘presa’, naquele momento ela foi sequestrada, já que só foi fichada no DOPS aproximadamente noventa dias mais tarde:

[...] a “Operação Bandeirante” me transfere para o DOPS no dia 06/01/1970. Fui transferida para DOPS na companhia do Dr. Américo Lourenço Macedo Lacombe, que era Juiz Federal (sempre tem um juiz do lado). [...] O DOPS pede a prisão preventiva, encaminha para o juiz, porque até então ninguém era identificado, eu não tinha identificação. Se eu morresse a minha prisão não constava. A minha prisão passa a constar a partir do dia 06/01/1970, quando eles pegam as impressões digitais²⁹.

As pessoas não eram fichadas quando chegavam na Operação Bandeirante, por este motivo o Brasil tinha, no final do relatório da Comissão Nacional da Verdade,

25 SCHLATTER JUNIOR, Sérgio Luis. Sujeitos e amores: revolução e relações pessoais. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe; VEIGA, A. M.; (Orgs.). *Resistências, gênero e feminismos contra as ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2011, p. 396.

26 DE LUCA, Derlei Catarina. *No corpo e na alma*. Criciúma: Ed. do Autor, 2002, p.41.

27 JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Madri: Siglo veintiuno, 2002, p. 108

28 COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE. 11ª Reunião Ampliada da Comissão Estadual da Verdade “Paulo Stuart Wright”. Depoimento de Derlei Catarina de Luca. Florianópolis, 05/09/2013. Acervo: Coletivo Memória, Verdade e Justiça, ALESC, p. 2.

29 Ibidem, p. 3.

aproximadamente 210³⁰ pessoas desaparecidas. Como lembra Derlei, quem não foi fichado não consta, e isso se tornou uma arma a mais do regime imposto; sem corpos e sem registros, não haveria provas. Como foi presa por ser confundida com Maria Aparecida da Costa, assim que chegou no Departamento de Ordem de Política e Social (DOPS) não foi mais interrogada e nem torturada; quando o DOPS pediu a prisão preventiva de Derlei, o juiz negou, pois, segundo ela, não havia elementos para a instauração do inquérito, “[...] mas eles não podiam me soltar porque eu era a prova de que eles torturavam”³¹.

Em seu depoimento, Derlei não deixou de ressaltar que passou por todas as torturas e permaneceu quieta como uma “laranja sem suco”³². Ela não foi a única pessoa que trouxe isso em seus depoimentos para a Comissão, parece que é preciso reafirmar a si mesma que foi importante para outras pessoas ter passado por todo o sofrimento e ter permanecido quieta, não ter prejudicado mais ninguém, não ter à sua frente uma companheira sendo torturada também. Além disso, as pessoas que delatavam eram más vistas pelas outras pessoas da organização e reafirmar isso em depoimentos é demonstrar sua lealdade e resistência perante os torturadores.

Em seu depoimento à CEV Derlei, foi perguntada sobre as relações de gênero presentes nas torturas pelas quais passou, se havia alguma diferença entre torturas infringidas a mulheres e a homens. Conforme ela:

[...] eles terem me torturado mais ou menos porque era mulher ou porque era homem, eu acho que eles torturavam todo mundo igual. Recebi choque, recebi choque na vagina, recebi choque no seio, mas não era por perversão sexual que eles faziam, eu acho, porque na época nem na situação, a gente podia detectar alguma coisa³³.

Em setembro de 2015, ao ser perguntada sobre a mesma coisa em uma entrevista que concedeu para mim e minha colega Danielle Dornelles, para a escrita do artigo *Máculas: As marcas da tortura na vida de quatro catarinenses*, publicado na Revista Santa Catarina em História, Derlei diz que:

Não, não existia. E na época ninguém usava esses termos de gênero, ninguém nem pensava nisso, todo mundo apanhava igual, a diferença que eu acho é que

30 Informações disponíveis em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2014-12/comissao-reconhece-mais-de-200-desaparecidos-politicos-durante-a>>. Acesso em 02 maio 2017.

31 COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE. 11ª Reunião Ampliada da Comissão Estadual da Verdade “Paulo Stuart Wright”. Depoimento de Derlei Catarina de Luca. Florianópolis, 05/09/2013. Acervo: Coletivo Memória, Verdade e Justiça, ALESC, p.3.

32 Ibidem, p. 4.

33 Ibidem, p. 5.



mulher menstrua, né? Mulher menstrua e tu já pode menstruar só com o susto, né? Ela sente o próprio fedor, né? Mulher fica grávida, mulher que tem bebê, sai leite do seio, então a Rose, Rose Nogueira, ela tinha um bebezinho de três meses e na cadeia o leite corria e os caras riam porque a pessoa nua né? Então você imagina a mulher nua, menstruada, na frente de um monte de homem, eles ficam rindo, debochando, né?³⁴.

Ou seja, embora Derlei diga que não percebeu diferenças durante as torturas entre homens e mulheres, enquanto diz que “apanhava todo mundo igual”, em sua entrevista ressaltou as especificidades biológicas do corpo feminino, como os choques nos seios e na vagina, a tortura psicológica devido à menstruação e o aleitamento. Quando mulheres são humilhadas por esses motivos, ‘próprios’ ao funcionamento do corpo feminino, existiu/existe sim uma violência específica às mulheres. Além do mais, uma mulher na década de 1960, ficar completamente nua em meio a uma grande quantidade de homens estranhos, que estão rindo de partes específicas do seu corpo, era/é uma humilhação.

“Em cada depoimento revivemos tudo o que passamos”³⁵ - Marlene de Souza Soccas

Marlene de Souza Soccas nasceu em Laguna, Santa Catarina. Não tinha contato algum com grupos de esquerda até conhecer Paulo Stuart Wright, no final do ano de 1962³⁶. Entretanto, desde criança já se sentia “tocada pelas desigualdades que havia na sociedade”³⁷. Antes de viajar para São Paulo, para fazer uma especialização profissional na área de odontologia, conheceu Paulo Stuart Wright e através dele conheceu e estudou Marx, Mao Tse Tung, entre outros autores que regeram a bibliografia e a teoria da Ação Popular, organização a qual, assim como Derlei Catarina De Luca, Paulo Stuart Wright pertencia.

Em São Paulo, Marlene conheceu de forma mais profunda a AP e articulou-se com outras companheiras e companheiros que já faziam parte desta, mas nunca chegou a entrar de fato, na organização. Marlene foi sequestrada e levada para a OBAN (Operação Bandeirantes) no dia 10 de maio de 1970, estava na Avenida São João, em São Paulo, onde encontraria um

34 DE LUCA, Derlei Catarina. *Entrevista concedida à Danielle Dornelles e Thais Machado*. Florianópolis, 01/09/2015, p. 7.

35 SOCCAS, Marlene de Souza. <Assunto> *TCC sobre as mulheres na Comissão Estadual da Verdade*. [mensagem pessoal] Mensagem recebida por: Thais Machado. Em 25 mar. 2017. <por e-mail>

36 Marlene não lembra com exatidão o ano que conheceu Paulo, segundo ela, pode ter sido final de 1962 ou início de 1963, a única certeza que tem é que o conheceu antes do golpe.

37 COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE. 11ª Reunião Ampliada da Comissão Estadual da Verdade “Paulo Stuart Wright”. Depoimento de Marlene de Souza Soccas. Florianópolis, 05/09/2013. Acervo: Coletivo Memória, Verdade e Justiça, ALESC, p. 1.



companheiro, entretanto outro companheiro que havia sido preso relatou que haveria um encontro:

[...] tortura é uma arma realmente muito eficiente e rápida pra se conseguir as informações, e é por isso que muita gente morre porque eles vem com muita violência pra cima da gente, e eu fui entregue por esse companheiro que depois ele confessou: Marlene eu não resisti, porque, como eu, estava tentando resistir³⁸.

Assim como seu companheiro, Marlene também foi muito torturada:

[...] fui levada pra sala de tortura, e começa as torturas pela famosas palmatórias [...] dava a mão, a outra, aí eles se preocupavam de não quebrar nenhum dedo. Então quando eu dava a minha mão assim, eles diziam estica que é pra não quebrar, passa no cabelo que pra não fazer não sei o que, e eu ia passando.... A palmatória é assim, ela estoura os vasos [...] vai rebentando arteríolas, pequenas veias que a gente tem embaixo da pele, há uma hemorragia, parecia que a gente ficava com luvas roxas até aqui³⁹.

Além desta prática da palmatória Marlene passou por outras práticas comuns na tortura durante esse período, como a cadeira do dragão, o pau de arara e os eletrochoques. Segundo Marlene, é importante relatar que a primeira coisa que os torturadores faziam “era tirar toda roupa para nos quebrar a moral, para baixar, para deixar a gente confuso, desnortado, envergonhado”⁴⁰, ou seja, através deste depoimento é possível observar o quanto que despir alguém, principalmente uma mulher, já desestrutura, uma vez que socialmente a nudez pública, principalmente a feminina é uma forma de desvio de conduta e vergonha.

O objetivo da tortura era fazer com que a pessoa torturada falasse tudo o que sabia e o que os torturadores queriam ouvir, por conta disso estes não poupavam violência. Ao ser sequestrada Marlene estava com um bilhete dentro da bolsa que confirmava um encontro com um companheiro, chamado Marcos Arruda, depois de ser tão torturada a ponto de quase não mais aguentar, Marlene leva os torturadores ao encontro com seu companheiro. No caminho para o encontro pensou em diversas formas de suicidar-se:

Eu comecei a me sentir indigna de lutar, de participar da luta pelo povo brasileiro, contra a ditadura e pelo socialismo por uma revolução socialista. Eu comecei a me sentir incapaz, eu não posso mais, também não podia mais me encontrar com o Paulo. Como é que uma mulher covarde como que tinha

38 Ibidem, p. 3.

39 Idem.

40 Ibidem, p. 4.

sido tão frágil e não tinha sabido morrer até aquele momento, como é que eu poderia continuar na luta, eu me sentia incapaz. Então esse era o sentimento⁴¹.

Através deste trecho, fica visível que, além de toda a tortura física e psicológica praticada pelos torturadores, ela mesma se torturou, chegou até mesmo a denominar esse momento como “a pior tortura que dura até hoje”. São sentimentos de culpa e incapacidade que ela carrega consigo durante todos esses anos que se passaram. Sobre relações de gênero e tortura, Marlene traz o seguinte:

Eu fui presa menstruada. Pensei que tal fato poderia amenizar minha barra. Quando os informei da minha condição, eles exigiram que eu mostrasse meu absorvente manchado de sangue, e tive que levantar a saia, descer a calcinha e mostrar o absorvente. Mas, as torturas começaram e continuaram do mesmo jeito, sem nenhuma consideração por eu ser mulher⁴².

Menstruar é uma especificidade do corpo feminino, sendo assim, quando exigiram que ela mostrasse seu absorvente, já o fizeram na intenção de, além de que ela comprovasse, se sentisse humilhada e seu corpo fosse motivo de escárnio.

Marlene foi presa e transferida para o Presídio Tiradentes; no presídio começou a escrever cartas para denunciar as torturas que sofreu enquanto esteve na OBAN, para que ficasse registrado em algum lugar, já que, durante os julgamentos do Tribunal Militar, como não havia testemunhas, muita coisa poderia ter passado sem ser registrada.

Em todos os seus depoimentos Marlene falou muito em Paulo Stuart Wright, sendo que em muitos momentos ele se torna o protagonista de sua fala, que é graças a Paulo que ela adquiriu uma certa consciência política, já que, segundo ela, antes desse encontro, ela era apenas insatisfeita com as desigualdades sociais, sem nunca ter percebido o lado histórico e político nisso. Em seu depoimento para a Comissão Estadual⁴³, em específico, Marlene não poupou palavras todas as vezes em que falou no nome de Paulo (repetido 39 vezes). Se, de acordo com Portelli “a subjetividade é a maior riqueza da fonte oral”⁴⁴, o que se pode concluir com o depoimento de Marlene é que seu período de militância é totalmente ligado e até mesmo (con)fundido com a sua vivência com Paulo Stuart Wright. Até o momento de encerramento

41 Ibidem, p. 5.

42 SOCCAS, Marlene de Souza. <Assunto> *TCC sobre as mulheres na Comissão Estadual da Verdade*. [mensagem pessoal] Mensagem recebida por: Thais Machado. Em 25 mar. 2017.

43 COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE. 11ª Reunião Ampliada da Comissão Estadual da Verdade “Paulo Stuart Wright”. Depoimento de Marlene de Souza Soccas. Florianópolis, 05/09/2013, 15 pgs. Acervo: Coletivo Memória, Verdade e Justiça, ALESC.

44 PORTELLI, Alessandro. A Filosofia e os fatos. *Revista Tempo*, n.2. Rio de Janeiro: Ed.UFF, 1996.



deste trabalho não consegui ter certeza do tipo de relacionamento que Marlene teve com Paulo, entretanto, não ficam dúvidas quanto à sua grande admiração por ele, inclusive sua autobiografia leva o nome “Meu querido Paulo”⁴⁵.

Segundo Elizabeth Jelín⁴⁶ homens e mulheres têm habilidades diferentes no que condiz à memória: enquanto os homens tendem a ser mais sintéticos em suas narrativas, as mulheres tendem a expressar mais sentimentos, fazem mais referências ao íntimo e às relações pessoais, já que, segundo ela, “o tempo subjetivo das mulheres está ligado aos feitos reprodutivos e aos vínculos afetivos”. Enquanto que nos depoimentos de homens para comissão pouco ou nada se fala sobre os relacionamentos com outras pessoas, a não ser em um fato marcante, no depoimento de Derlei e Marlene fica visível essa “memória afetiva”.

“Isso faz com que as pessoas se unam, se juntem”⁴⁷ - Marize Lippel

Marize Lippel nasceu em Blumenau, Santa Catarina. A história de Marize difere um pouco das de Derlei e de Marlene, já que viveu em um momento político diferente das duas anteriores; ingressou na Universidade Federal de Santa Catarina para cursar Farmácia e Bioquímica, no ano de 1976, ou seja, nesse período o AI-5 já havia sido revogado e o país vivia em um momento que Ana Maria Colling⁴⁸ chama de reabertura política. Ao entrar na universidade, Marize também adentrou no movimento estudantil, foi vice-presidente do Diretório Central dos Estudantes, presidente do diretório acadêmico bio-médico e começou a militar no Partido Comunista Brasileiro, o conhecido Partidão, que durante todo o período do regime permaneceu ilegal.

Marize foi presa no ano de 1979, mais especificamente por conta do episódio, que ficou conhecido como Novembrada⁴⁹, que inicialmente foi um ato pensado pelo movimento estudantil, mas que rapidamente a população aderiu. Segundo ela “[...] no primeiro momento

45 SOCCAS, Marlene de Souza. *Meu querido Paulo*. Criciúma: Editora do Autor, 2014.

46 JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Madri: Siglo veintiuno, 2002, p. 108.

47 LIPPEL, Marize. *Entrevista concedida à Thais Machado*. Florianópolis, 22/02/2017, p. 3.

48 COLLING, Ana Maria. *A resistência da mulher a ditadura militar no Brasil*. Rosa dos Tempos, 1996, p.23.

49 No dia 30 de novembro de 1979 João Figueiredo, ditador da época, decide fazer uma visita à Capital de Santa Catarina, para inaugurar uma placa, doada pelo mesmo, que homenageava Floriano Peixoto e para anunciar uma possível base energética de carvão, a SIDERSUL. O país estava em crise e o governador de Santa Catarina na época, Jorge Bornhausen não poupou gastos para a grande recepção, estudantes e população uniram-se em um ato contra João Figueiredo e os gastos de sua visita, que toma uma proporção maior que o esperado. Ao homenagear o tirano Floriano Peixoto, Bornhausen fazia também uma exaltação ao regime militar, o nome de Floriano pesa até hoje na história da capital do estado – Florianópolis. Essa manifestação ficou conhecida posteriormente como Novembrada, por ter acontecido no mês de novembro., Luís Felipe. *Revolta em Florianópolis: a novembrada de 1979*. Florianópolis: Insular, 1995, p. 15

que as pessoas começaram a buscar os panfletos na nossa mão, eles tinham adesão tão voluntária que eles mesmos pegavam os panfletos e começavam a distribuir”⁵⁰.

Estudantes que participaram do ato foram orientados por advogados para que voltassem às casas de seus pais, já que corriam o risco de prisão; embora o momento político (pós-Lei da Anistia) não fosse propício à prisão, as organizações do movimento estudantil, juntamente com advogados, chegaram à conclusão que deveriam ir para casa de seus pais para se, caso fossem presos, tivessem testemunhas.

Então, em 02/12/79 eu fui presa [enquadrada na Lei de Segurança Nacional] em casa, eram 5h e poucos da manhã quando chegaram na minha casa duas ou três agentes da policial federal, com mandato de prisão pra mim, para que o meu pai assinasse porque na época eu tinha 19 anos. Pra mim ainda é muito difícil, foi um momento muito complicado, até porque a minha mãe tava presente, e o meu pai já tinha sido preso uma vez, então eu sabia exatamente o que era a ocorrência, o que iria ocorrer⁵¹.

Marize recebeu um mandato de prisão e foi encaminhada, em um Fusca, para a Superintendência Regional do Departamento da Polícia Federal da Capital. Como em Florianópolis ainda não existiam celas femininas na polícia federal, Marize e outras companheiras foram encaminhadas para o hospital da polícia militar, onde ficaram presas durante quinze dias, sendo que desses quinze, oito ficaram incomunicáveis, inclusive sem contato com advogados.

Embora as torturas físicas não tenham acontecido, durante o tempo que esteve presa, as torturas psicológicas contra Marize não foram poupadas, principalmente pelo fato de o pai ter sido preso e muito torturado fisicamente no ano de 1935, um outro momento em que comunistas foram perseguidos em todo o país. Durante o tempo em que ela ficou detida, esperava e acreditava que as torturas ainda poderiam acontecer, mesmo com a Lei da Anistia já em vigor.

Após saírem da prisão, o governador da época Jorge Konder Bornhausen proibiu expressamente que o grupo, que foi preso por participar do episódio conhecido como Novembrada, fosse admitido em empregos pelo executivo estatal. Estes tiveram até mesmo dificuldades em conseguir empregos nas áreas privadas⁵².

50 COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE. 11ª Reunião Ampliada da Comissão Estadual da Verdade “Paulo Stuart Wright”. Depoimento de Marize Lippel. Florianópolis, 05/09/2013. Acervo: Coletivo Memória, Verdade e Justiça, ALESC, p. 2.

51 Ibidem, p. 3.

52 Ibidem, p. 6.

Em 25 de março de 1980, Marize foi intimada a comparecer na auditoria da 5ª região militar, em Curitiba, para depor no inquérito; ela e algumas companheiras que participaram do ato foram absolvidas no julgamento. Até mesmo por correrem o risco de perderem seus empregos e carreiras, é que Marize ficou, durante muitos anos, vivendo com esse episódio de sua vida em silêncio. Por conta disso, para ela a Comissão Estadual teve uma grande importância, já que foi durante os depoimentos que muitas pessoas exteriorizaram pela primeira vez tudo o que guardaram desde o momento de suas prisões⁵³.

Mesmo que estivessem presas no hospital da polícia militar, ficaram em quartos vigiados o tempo inteiro e só saíam para dar depoimentos, em carros separados para que não houvesse qualquer tipo de comunicação. A porta do quarto estava sempre aberta, assim como a porta onde era o banheiro, e eram vigiadas por homens armados o tempo inteiro, ou seja, mesmo nos momentos mais íntimos, como utilizar o banheiro, eram vigiadas por homens. Segundo Marize os companheiros homens que foram presos junto com ela foram “mais bem tratados”⁵⁴; como ficaram presos na penitenciária, podiam receber visitas e todos os “lados bons” que isto incluía, como receber alimentos diversificados. Além disso, “eles saíam a noite para pescar junto com os carcereiros [...] os carcereiros botavam eles nos carros deles e levavam eles pra ir pescar”: Considerando conforme Joan Scott o gênero enquanto “[...] um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e [...] um primeiro modo de dar significado as relações de poder”⁵⁵, ao pensarmos nas relações de gênero que permeiam essas regalias, podemos observar uma certa cumplicidade masculina, já que com certeza se os guardas saíssem com as mulheres que estavam presas dentro de seus carros no meio da noite, não seria com o objetivo de pescar.

Considerações finais

Segundo Elizabeth Jelín⁵⁶ todo o processo de dar voz as pessoas silenciadas faz parte da transformação do sentido do passado. Desta forma, as falas das pessoas que deram seus depoimentos para a Comissão, deveriam provocar alguma mudança social, sendo esta até

53 Ibidem, p. 1.

54 LIPPEL, Marize. *Entrevista concedida à Thais Machado*. Florianópolis, 22/02/2017, p. 9-10.

55 SCOTT, Joan. *Gênero: Uma Categoria Útil para a Análise Histórica*. Traduzido pela SOS: Corpo e Cidadania. Recife, 1990, p. 14.

56 JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Madri: Siglo veintiuno, 2002, p. 112.



mesmo um objetivo da Comissão. Dessa forma, termino esse trabalho com o seguinte questionamento, a Comissão, tanto em âmbito nacional como estadual, conseguiu cumprir seu objetivo inicial? De que forma as pessoas estão utilizando, se é que estão utilizando, toda a riqueza de material que foi produzido pelas Comissões, já que esse é um período que ainda carece e muito de bibliografia?

A Comissão Estadual da Verdade doou toda a documentação levantada durante seu tempo de funcionamento para a Hemeroteca da Universidade do Estado de Santa Catarina, onde deverá ser digitalizada. O trabalho da Comissão não se deu por encerrado, as mulheres do *Coletivo Memória, Verdade e Justiça* continuam fazendo trabalhos para encontrar desaparecidos políticos e para mudarem os nomes de ruas e lugares que levam nomes de torturadores e ditadores.

Derlei, Marize e Marlene continuam participando ativamente em movimentos sociais e em movimentos pró-direitos humanos e através do *Coletivo Memória, Verdade e Justiça* fazem palestras e dão apoio a movimentos, como as ocupações escolares que ocorreram no país em 2016. Além disso pessoas do país inteiro entram em contato com elas para encontrar familiares desaparecidos na época da ditadura ou para saberem suas próprias histórias, como é o caso de pessoas que foram adotadas durante os anos do regime ditatorial.

Fontes

COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE. *11ª Reunião Ampliada da Comissão Estadual da Verdade “Paulo Stuart Wright”*. Depoimento de Derlei Catarina de Luca. Florianópolis, 05/09/2013. Acervo: Coletivo Memória, Verdade e Justiça, ALESC.

COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE. *11ª Reunião Ampliada da Comissão Estadual da Verdade “Paulo Stuart Wright”*. Depoimento de Marize Lippel. Florianópolis, 05/09/2013. Acervo: Coletivo Memória, Verdade e Justiça, ALESC.

COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE. *11ª Reunião Ampliada da Comissão Estadual da Verdade “Paulo Stuart Wright”*. Depoimento de Marlene de Souza Soccas. Florianópolis, 05/09/2013. Acervo: Coletivo Memória, Verdade e Justiça, ALESC.

DE LUCA, Derlei Catarina. <Assunto> *TCC sobre as mulheres na Comissão Estadual da Verdade*. [mensagem pessoal] Mensagem recebida por: Thais Machado. Em 27 abr. 2017.

DE LUCA, Derlei Catarina. *Entrevista concedida à Danielle Dornelles e Thais Machado*. Florianópolis, 01/09/2015.

LIPPEL, Marize. *Entrevista concedida à Thais Machado*. Florianópolis, 22/02/2017.



POVO na Praça XV pede as Diretas. *O Estado*. Florianópolis, 31/03/1984.

SANTA Catarina terá Comissão Estadual da Verdade. *Notícias do dia*. Florianópolis, 03 mar. 2013. Disponível em: <<https://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/santa-catarina-tera-comissao-estadual-da-verdade>>. Acesso em: 07 fev. 2017.

SOCCAS, Marlene de Souza. <Assunto> *TCC sobre as mulheres na Comissão Estadual da Verdade*. [mensagem pessoal] Mensagem recebida por: Thais Machado. Em 25 mar. 2017.

Referências

COLLING, Ana Maria. *A resistência da mulher a ditadura militar no Brasil*. Rosa dos Tempos, 1996.

CUYA, Esteban. *Las Comisiones de la Verdad en América Latina*. Disponível em: <<http://www.derechos.org/koaga/iii/1/cuya.html>>. Acesso em 20 fev. 2017.

DE LUCA, Derlei Catarina. *No corpo e na alma*. Criciúma: Ed. do Autor, 2002.

JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Madri: Siglo veintiuno, 2002.

MERLINO, Tatiana. OJEDA, Igor. *Direito à memória e à verdade: Luta, substantivo feminino*. São Paulo: Editora Caros Amigos, 2010.

MIGUEL, Luís Felipe. *Revolta em Florianópolis: a novembrada de 1979*. Florianópolis: Insular, 1995.

PEDRO, Joana Maria. Viver o gênero na clandestinidade. In: ROVAI, Marta. *História Oral e Mulheres*. São Paulo: Letra e Voz, 2017 (no prelo).

PORTELLI, Alessandro. A Filosofia e os fatos. *Revista Tempo*, n.2. Rio de Janeiro: Ed.UFF, 1996. pp.59-72.

SALVATICI, Silvia. Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres. *História Oral*. Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 29-42, jan./jun. 2005.

SCHLATTER JUNIOR, Sérgio Luis. Sujeitos e amores: revolução e relações pessoais. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe; VEIGA, A. M.; (Orgs.). *Resistências, gênero e feminismos contra as ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2011.

SCOTT, Joan. Gênero: Uma Categoria Útil para a Análise Histórica. Traduzido pela SOS: Corpo e Cidadania. Recife, 1990.

TELES, Maria Amélia de Almeida. Lembranças de um tempo sem sol. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (Orgs.). *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010.



WOLFF, Cristina Scheibe; MACHADO, Vanderlei. Gênero e militância de esquerda. In: BRANCHER, Ana Lize; LOHN, Reinaldo Lindolfo (Orgs.). *Histórias na ditadura: Santa Catarina (1964-1985)*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014.

Recebido em 19 de julho de 2017.

Aceito para publicação em 19 de fevereiro de 2018.

